

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Relatório da Administração	22
----------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	41
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2013</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	12.504.967
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>12.504.967</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	817.904	745.014	1.075.095
1.01	Ativo Circulante	2.579	4.065	7.816
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	213	214	214
1.01.03	Contas a Receber	196	1.928	5.475
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	196	1.928	5.475
1.01.04	Estoques	1.142	1.142	1.142
1.01.06	Tributos a Recuperar	594	532	985
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	594	532	985
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	434	249	0
1.02	Ativo Não Circulante	815.325	740.949	1.067.279
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	735.291	655.126	790.760
1.02.01.03	Contas a Receber	443.472	393.155	433.717
1.02.01.03.01	Clientes	81.852	53.610	418.944
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	361.620	339.545	14.773
1.02.01.06	Tributos Diferidos	291.819	261.971	257.058
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	291.819	261.971	257.058
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	99.985
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	0	0	99.985
1.02.02	Investimentos	1	1	170.744
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1	170.744
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1	1	170.744
1.02.03	Imobilizado	79.939	85.728	105.775
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	79.939	85.728	0
1.02.04	Intangível	94	94	0
1.02.04.01	Intangíveis	94	94	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	817.904	745.014	1.075.095
2.01	Passivo Circulante	54.273	42.046	42.512
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.721	12.278	11.474
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.721	12.278	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	0	0	11.474
2.01.02	Fornecedores	10.760	5.204	4.400
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.760	5.204	4.400
2.01.03	Obrigações Fiscais	27.312	23.150	21.931
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.724	5.599	4.981
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.724	5.599	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.527	7.148	16.677
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	13.061	10.403	273
2.01.06	Provisões	1.480	1.414	4.707
2.01.06.02	Outras Provisões	1.480	1.414	4.707
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	1.480	1.414	1.336
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	0	0	3.371
2.02	Passivo Não Circulante	862.883	758.678	1.265.101
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	680.333	529.646	507.189
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	680.333	529.646	507.189
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	680.333	529.646	507.189
2.02.02	Outras Obrigações	13.155	9.760	270.729
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.155	9.760	270.729
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	13.155	9.760	270.729
2.02.04	Provisões	87.543	165.662	68.239
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	77.509	156.608	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	77.509	156.608	0
2.02.04.02	Outras Provisões	10.034	9.054	68.239
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	5.921	5.655	5.343
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação	4.113	3.399	62.896

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	81.852	53.610	418.944
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	81.852	53.610	418.944
2.03	Patrimônio Líquido	-99.252	-55.710	-232.518
2.03.01	Capital Social Realizado	41.000	41.000	41.000
2.03.02	Reservas de Capital	0	0	3.746
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-142.937	-100.456	-277.264
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.685	3.746	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.361	14.515	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.162	-4.135	0
3.03	Resultado Bruto	199	10.380	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-52.400	162.587	19.029
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.412	-19.042	-23.988
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	25	189.900	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-44.299	-21.501	19.059
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-714	13.230	23.958
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-52.201	172.967	19.029
3.06	Resultado Financeiro	-21.197	-1.072	-56.836
3.06.01	Receitas Financeiras	23.771	19.675	30.219
3.06.02	Despesas Financeiras	-44.968	-20.747	-87.055
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-73.398	171.895	-37.807
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	29.847	4.912	6.411
3.08.02	Diferido	29.847	4.912	6.411
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-43.551	176.807	-31.396
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-43.551	176.807	-31.396
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,48270	14,13840	2,51070

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-43.551	176.807	-31.396
4.03	Resultado Abrangente do Período	-43.551	176.807	-31.396

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1	58.752	-36.863
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	19.400	183.136	201.269
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-19.401	-124.384	-238.132
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	184.368	-1.083
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-243.121	37.787
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1	-1	-159
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	214	215	374
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	213	214	215



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	3.746	-100.456	0	-55.710
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-1.061	1.070	0	9
5.02.01	Ajuste de Exercícios Anteriores Avaliação Patrimonial	0	0	-59	68	0	9
5.02.02	Ajuste do Exercício Avaliação Patrimonial	0	0	-1.002	1.002	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	2.685	-99.386	0	-55.701
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-43.551	0	-43.551
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-43.551	0	-43.551
5.07	Saldos Finais	41.000	0	2.685	-142.937	0	-99.252

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	41.000	18.730	0	-569.726	277.479	-232.517
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	18.730	0	-569.726	277.479	-232.517
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	176.808	0	176.807
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	176.808	0	176.807
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-18.730	3.746	292.462	-277.479	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-18.730	3.746	292.462	-277.479	0
5.07	Saldos Finais	41.000	0	3.746	-100.456	0	-55.710

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	41.000	14.984	0	-534.584	7.974	-470.626
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	14.984	0	-534.584	7.974	-470.626
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-31.396	269.505	238.109
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-31.396	0	-31.396
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	269.505	269.505
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	269.505	269.505
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	3.746	0	-3.746	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.746	0	-3.746	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	18.730	0	-569.726	277.479	-232.517

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
7.01	Receitas	3.386	14.644	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.361	14.515	0
7.01.02	Outras Receitas	25	129	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	10.365	166.222	16.087
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.851	-2.938	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.859	-4.185	16.087
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-10.237	0
7.02.04	Outros	15.075	183.582	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.751	180.866	16.087
7.04	Retenções	-2.855	-6.384	-5.523
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.855	-6.384	-5.523
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.896	174.482	10.564
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-212	32.905	54.177
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-714	13.230	23.958
7.06.02	Receitas Financeiras	502	19.675	30.219
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.684	207.387	64.741
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.684	207.387	64.741
7.08.01	Pessoal	2.032	1.890	9.080
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.571	1.562	0
7.08.01.02	Benefícios	336	240	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	125	88	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-29.087	-3.321	2
7.08.02.01	Federais	-29.087	-3.327	2
7.08.02.03	Municipais	0	6	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	81.290	32.011	87.055
7.08.03.01	Juros	81.290	32.011	87.055
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-43.551	176.807	-31.396
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-43.551	176.807	-31.396

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	817.903	745.013	804.367
1.01	Ativo Circulante	2.579	4.065	7.817
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	213	214	215
1.01.03	Contas a Receber	196	1.928	985
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	196	1.928	985
1.01.04	Estoques	1.142	1.142	1.142
1.01.06	Tributos a Recuperar	594	532	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	594	532	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	434	249	5.475
1.01.08.03	Outros	0	0	5.475
1.02	Ativo Não Circulante	815.324	740.948	796.550
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	735.291	655.126	690.775
1.02.01.03	Contas a Receber	443.472	393.155	433.717
1.02.01.03.01	Clientes	81.852	53.610	418.944
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	361.620	339.545	14.773
1.02.01.06	Tributos Diferidos	291.819	261.971	257.058
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	291.819	261.971	257.058
1.02.03	Imobilizado	79.939	85.728	105.775
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	0	105.775
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	79.939	85.728	0
1.02.04	Intangível	94	94	0
1.02.04.01	Intangíveis	94	94	0

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	817.903	745.013	804.367
2.01	Passivo Circulante	55.056	42.760	39.828
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.100	12.623	11.819
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15.100	12.623	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	0	0	11.819
2.01.02	Fornecedores	10.767	5.207	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.767	5.207	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	27.709	23.516	22.269
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.830	5.694	5.098
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.830	5.694	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.781	7.396	16.875
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	13.098	10.426	296
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	0	4.404
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	4.404
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	4.404
2.01.06	Provisões	1.480	1.414	1.336
2.01.06.02	Outras Provisões	1.480	1.414	1.336
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	1.480	1.414	1.336
2.02	Passivo Não Circulante	862.099	757.963	997.056
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	680.412	529.714	507.257
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	680.412	529.714	507.257
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	680.412	529.714	507.257
2.02.02	Outras Obrigações	13.166	9.760	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.166	9.760	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	13.166	9.760	0
2.02.04	Provisões	86.669	164.879	70.855
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	80.748	159.224	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	80.748	159.224	0
2.02.04.02	Outras Provisões	5.921	5.655	70.855

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	5.921	5.655	5.343
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação	0	0	65.512
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	81.852	53.610	418.944
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	81.852	53.610	418.944
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-99.252	-55.710	-232.517
2.03.01	Capital Social Realizado	41.000	41.000	41.000
2.03.02	Reservas de Capital	0	0	3.746
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-142.937	-100.456	-277.263
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.685	3.746	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.361	14.515	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.162	-4.135	0
3.03	Resultado Bruto	199	10.380	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-52.310	149.357	2.328
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.036	-19.042	-23.988
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	25	189.900	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-44.299	-21.501	19.059
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	7.257
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-52.111	159.737	2.328
3.06	Resultado Financeiro	-21.287	12.158	-40.135
3.06.01	Receitas Financeiras	23.771	19.675	30.219
3.06.02	Despesas Financeiras	-45.058	-7.517	-70.354
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-73.398	171.895	-37.807
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	29.847	4.912	6.411
3.08.02	Diferido	29.847	4.912	6.411
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-43.551	176.807	-31.396
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-43.551	176.807	-31.396
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-43.551	176.807	-31.396
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,48270	14,13890	0,00000



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-43.551	176.807	-31.396
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-43.551	176.807	-31.396
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-43.551	176.807	-31.396

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1	-19.055	-36.864
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	19.323	196.366	201.268
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-19.324	-215.421	-238.132
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	394	-1.083
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	18.661	0
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	37.787
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1	0	-160
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	214	214	374
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	213	214	214

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	3.746	-100.456	0	-55.710	0	-55.710
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-1.061	1.070	0	9	0	9
5.02.01	Ajuste de Exercícios Anteriores Avaliação Patrimonial	0	0	-59	68	0	0	0	9
5.02.02	Ajuste do Exercício Avaliação Patrimonial	0	0	-1.002	1.002	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	2.685	-99.386	0	-55.701	0	-55.701
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-43.551	0	-43.551	0	-43.551
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-43.551	0	-43.551	0	-43.551
5.07	Saldos Finais	41.000	0	2.685	-142.937	0	-99.252	0	-99.252

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	41.000	18.730	0	-569.726	277.479	-232.517	0	-232.517
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	18.730	0	-569.726	277.479	-232.517	0	-232.517
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	176.807	0	176.807	0	176.807
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	176.807	0	176.807	0	176.807
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-18.730	3.746	292.463	-277.479	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-18.730	3.746	292.463	-277.479	0	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	0	3.746	-100.456	0	-55.710	0	-55.710

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	41.000	14.984	0	-534.584	7.974	-470.626	0	-470.626
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	14.984	0	-534.584	7.974	-470.626	0	-470.626
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-31.396	269.505	238.109	0	238.109
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-31.396	0	-31.396	0	-31.396
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	269.505	269.505	0	269.505
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	269.505	269.505	0	269.505
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	3.746	0	-3.746	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.746	0	-3.746	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	18.730	0	-569.726	277.479	-232.517	0	-232.517

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
7.01	Receitas	3.386	14.644	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.361	14.515	0
7.01.02	Outras Receitas	25	129	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	9.741	166.222	16.087
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.851	-2.938	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.860	-4.185	16.087
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-10.237	0
7.02.04	Outros	14.452	183.582	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.127	180.866	16.087
7.04	Retenções	-2.855	-6.384	-5.523
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.855	-6.384	-5.523
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.272	174.482	10.564
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	502	19.675	37.476
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	7.257
7.06.02	Receitas Financeiras	502	19.675	30.219
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.774	194.157	48.040
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.774	194.157	48.040
7.08.01	Pessoal	2.032	1.890	9.080
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.571	1.562	9.080
7.08.01.02	Benefícios	336	240	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	125	88	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-29.087	-3.321	2
7.08.02.01	Federais	-29.087	-3.327	2
7.08.02.03	Municipais	0	6	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	81.380	18.781	70.354
7.08.03.01	Juros	81.380	18.781	70.354
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-43.551	176.807	-31.396
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-43.551	176.807	-31.396

## Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Em conformidade com a Legislação em vigor, e com as disposições estatutárias, temos o prazer de submeter à sua apreciação o nosso relatório sobre as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores, referente o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Em 2013 continuamos seguindo o planejamento anteriormente traçado e descrito em relatórios anteriores. Como é sabido, a IGB é uma companhia que arrendou seus principais ativos à CBTD - Companhia Brasileira de Tecnologia Digital. Dentre esses ativos estão fábrica, equipamentos e marca Gradiente.

A receita oriunda deste arrendamento se destina a quitar os credores que aderiram ao Plano de Recuperação Extra Judicial desta Companhia.

Também como é sabido, a receita principal da Companhia é auferida através da locação de imóveis de seus três parques industriais na Zona Franca de Manaus.

Além disso a Companhia possui créditos, a seu favor, já reconhecidos na contabilidade, referente a Taxa CACEX e Taxa Suframa.

Do lado passivo a Companhia vem se endereçando a resolver, e o faz gradualmente, pendências do passado. Notadamente processos trabalhistas e processos cíveis, além do processo tributário. Evidentemente todos esses passivos estão reconhecidos nas nossas demonstrações financeiras.

No tocante ao passivo trabalhista gostaríamos de ressaltar que no passado a Companhia já teve mais de 9.000 funcionários. O passivo trabalhista hoje está reduzido a menos de 200 casos, que a companhia discute na Justiça, por entender que os valores solicitados não são devidos. Isso quer dizer que o potencial passivo trabalhista, decorrente daquele nível de empregos anterior está mais de 90% resolvido.

Passivo Tributário - Fato importante ocorreu no final do ano de 2013, quando a Companhia decidiu aderir ao Refis IV, que teve reabertura para aquele ano. Em consequência dessa decisão, o valor para contingência foi reduzido em mais de 50% e as parcelas dentro do Refis incrementadas para R\$ 4,1 milhões à curto prazo e R\$ 175,5 milhões no longo prazo.

Marca iPhone - Segue seu curso o processo que corre no Superior Tribunal Federal do Rio de Janeiro, onde se espera decisão até o fim de maio. O processo movido pela Gradiente contra Apple na Justiça do Estado de São Paulo, encontra-se suspenso, aguardando aquela decisão.

O aproveitamento do Base Negativa do CSSL mais o Prejuízo Fiscal foi avaliado tecnicamente e reajustado para R\$ 291, 8 milhões. A Companhia tem certeza do aproveitamento desse crédito, a médio e longo prazo.

A Diretoria declara que o conjunto das demonstrações financeiras foi por nós preparadas, revisadas e discutidas, e não temos nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional àqueles já descritos nas Notas Explicativas e Demonstrações Financeiras.

Além disso a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes.

Agradecemos o contínuo apoio e confiança de nossos parceiros Comerciais, de nossos funcionários e, principalmente, dos nossos acionistas minoritários.

A Diretoria

**IGB ELETRÔNICA S/A**  
**Notas Explicativas**  
**CNPJ 43.185.362/0001-07**

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

### **1. Contexto operacional**

Atualmente a IGB Eletrônica S.A. ("IGB" ou "Companhia") tem como objetivo administrar seu passivo, o qual vem sendo equacionado por meio da alocação de recursos provenientes do aluguel de determinados imóveis industriais e comerciais, assim como do arrendamento, para a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital ("CBTD"), da marca "Gradiente", de máquinas, de equipamentos e de alguns imóveis específicos, com o fim de viabilizar, por meio desta nova empresa, a produção e comercialização de produtos de eletrônica de consumo. Com essas medidas, a IGB tem, conseguido reduzir drasticamente seus custos fixos e, como consequência, alocar suas receitas ao pagamento de suas dívidas.

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e, ainda, em consonância com os requisitos das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, seguindo critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes e às determinações de outras provisões similares. Os resultados reais podem, portanto, apresentar variações em relação a essas estimativas.

#### **(a) Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### **(b) Ativos e passivos sujeitos à indexação**

Os ativos e passivos em reais e contratualmente sujeitos à indexação são atualizados aplicando-se os índices correspondentes. Os ganhos e perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período.

#### **(c) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e contribuição social, quando incidentes, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

#### **(d) Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo**

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).



### **(e) Avaliação do valor recuperável de ativos**

#### **Notas Explicativas**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar se há eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável.

### **(f) Ajuste a valor presente**

Conforme avaliado pela Companhia, não houve a necessidade de ajuste a valor presente aos ativos e passivos de curtos e longos prazos em atendimento ao previsto no CPC 12.

### **(g) Arrendamento de Ativos**

A partir de 01/07/11 passou a vigorar o Contrato de Arrendamento de Ativos / Opções que a companhia celebrou com a CBTD – Companhia Brasileira de Tecnologia Digital. Através de tal contrato, a companhia realizará até março de 2020 um resultado de R\$ 439,6 milhões, que se destinará a quitar os passivos com Credores (nota 10) nos mesmos prazos, vencimentos e indexação. Os Passivos estão incluídos no Plano de Recuperação Extrajudicial homologado em maio de 2010 e posteriormente aditivado. O arrendamento refere-se a bens de propriedade intelectual (75% do valor) e parte do ativo imobilizado da empresa (25% do valor). A IGB arrendou cerca de 12% dos imóveis. Consequentemente não estão incluídos no arrendamento 88% dos imóveis (terrenos e edificações) e ferramental da IGB. Em 20 de junho de 2013, a Companhia peticionou na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital, comunicado em que se afirma que a CBTD – Companhia Brasileira de Tecnologia Digital não atingiu os níveis mínimos de caixa e indicadores de performance, fixados na cláusula 8.12.1 do 2º aditamento ao Plano de Recuperação Extrajudicial, informando ter sido prorrogado o prazo para início dos pagamentos por 365 dias. O desembargador relator não concedeu o efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento contra a decisão que indeferiu a prorrogação dos prazos para início do cumprimento do Plano de Recuperação Extrajudicial e respectivo aditamento. Dessa forma, em Primeira Instância foi apresentada petição em nome da IGB requerendo a concessão de prazo de 60 dias para que possa ser submetida aos credores nova proposta para cumprimento do plano de Recuperação Extrajudicial.

Demonstrou-se nos autos que os credores que representam, aproximadamente 50% dos créditos sujeitos aos efeitos da recuperação Extrajudicial estão de acordo com a concessão do referido prazo.

O Juiz determinou que os credores se manifestem sobre o pedido de prazo, por decisão ainda não publicado no Diário Oficial do Estado.

### **(h) Consolidação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas diretas, conforme abaixo:

	<b>Participação - %</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Pókios Armazéns Gerais Ltda.	99,99	99,99
Compañia Tilestar S.A.	100,00	100,00

**Notas Explicativas**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Sobre demonstrações financeiras das subsidiárias no exterior Companhia Tilestar S.A., sediada no Uruguai, foram constituídas provisões para perda em todas as contas do balanço, de modo a não impactar as demonstrações Contábeis da Controladora, devido a inexistência de operações naquela empresa.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

**3. Contas a Receber**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas a receber	49.063	49.251	49.063	49.251
Provisão para devedores duvidosos	(49.063)	(49.251)	(49.063)	(49.251)
	<u><b>0</b></u>	<u><b>0</b></u>	<u><b>0</b></u>	<u><b>0</b></u>

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e entregue. A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a Companhia possui e seu montante é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota.

No exercício anterior, por conservadorismo, a companhia registrou provisão no montante de 100% dos recebíveis. No entanto a companhia busca com a assessoria de escritório de advocacia especializada, receber os valores a que julga ter direito, alguns valores já recebidos foram automaticamente ajustados às baixas das provisões e reconhecimento do recebimento.

**4. Estoques**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Produtos acabados e mercadorias para revenda	5.488	5.488	5.488	5.488
Matérias primas	27.855	27.855	27.855	27.855
( - ) Provisão para perdas na realização	(32.201)	(32.201)	(32.201)	(32.201)
	<u><b>1.142</b></u>	<u><b>1.142</b></u>	<u><b>1.142</b></u>	<u><b>1.142</b></u>

**Notas Explicativas**  
 A Companhia está potencialmente sujeita a risco de obsolescência dos estoques devido à descontinuidade de produtos; dessa forma, a Companhia tem constituído provisões para obsolescência dos estoques e de redução ao valor de mercado, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2013 é de R\$ 32.201, avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, inferiores aos custos de reposição ou valores de realização.

## 5. Outras contas a receber

<u>Tributos a Recuperar</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Curto prazo</b>				
IPI (a)	66	66	66	66
Outros	528	466	528	466
	<b>594</b>	<b>532</b>	<b>594</b>	<b>532</b>
<b>Longo prazo</b>				
Taxa Suframa (d)	345.815	324.893	345.815	324.893
Depósitos Judiciais	5.483	4.887	5.483	4.887
Carteira de Comércio Exterior – CACEX (b)	7.271	6.880	7.271	6.880
Precatório Telefunken e (c) IPI (a)	3.051	2.885	3.051	2.885
<b>Total</b>	<b>361.620</b>	<b>339.545</b>	<b>361.620</b>	<b>339.545</b>

### (a) Impostos sobre Produtos Industrializados - IPI

O saldo compõe-se de créditos gerados nas operações de compra de matérias-primas destinadas à reposição para garantia de produtos, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

### (b) Carteira de Comércio Exterior - CACEX

Os valores registrados são oriundos, substancialmente, de repetição de indébito da taxa de expediente cobrada pela CACEX, atual DECEX. Em julho de 2007 o Superior Tribunal de Justiça – STJ deferiu integralmente o crédito da Companhia, tendo ocorrido o trânsito em julgado em 14 de agosto do mesmo ano.

A Execução da Sentença foi promovida pelo patrono da causa em novembro de 2009, na qual apresentou o montante do indébito a ser repetido e qual seria a parcela devida a título de honorários contratuais e de sucumbência.

Nessa ação, a União passou a discutir somente a possibilidade de se destacar os honorários contratuais, juntamente com os de sucumbência, não questionando o montante condenatório (base de cálculo do indébito), que por sua vez restou incontroverso, não podendo haver mais nenhuma discussão quanto a certeza e liquidez do crédito apresentado pela autora da ação.

Diante desse fato, a Companhia em fevereiro de 2012 ingressou nos autos dessa Execução pleiteando o pagamento do indébito por via de precatório. Aguarda-se manifestação da União quanto ao ingresso da Companhia no processo.

### (c) Precatório da Telefunken

#### Notas Explicativas

Em janeiro de 2011 foi expedido o Precatório da Telefunken (ação que pleiteava a repetição do indébito da contribuição para o FINSOCIAL), no valor de R\$1.779.860,66.

Ato subsequente foi expedido Auto de Penhora no rosto dos autos do precatório. Dessa forma, o precatório está bloqueado aguardando a liberação das penhoras sofridas nos autos das Execuções Fiscais nos. 2008.32.00.005640-2 e 2008.32.00.002185-0.

### (d) Taxa da Suframa

Durante o ano de 2011, mais especificamente em 30.6.2011, foi proferida decisão pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") negando provimento, por unanimidade de votos, ao Recurso Extraordinário n. 556854 interposto pela Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, relativamente a Ação Ordinária de Repetição de Indébito n. 2001.32.00.000903-7 interposta pela IGB objetivando fosse reconhecido o direito à repetição dos valores indevidamente por ela recolhidos a título de taxa (Taxa SUFRAMA) no período de 5.6.1991 a 14.12.1999.

Em 11.11.2011, verificou-se o trânsito em julgado no STF da mencionada decisão.

O processo foi então remetido ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento do prazo decadencial, após o trânsito em julgado da sentença em 27/09/2012 que favoreceu a IGB ingressamos com a fase de execução da sentença em 30/11/2012, distribuída para a 1ª Vara da Justiça Federal de Manaus sob o nº 0018282-07.2012.4.01.3200. A Procuradoria da Suframa opôs os componentes Embargos à Execução, sendo que o Juízo determinou a respectiva manifestação da empresa através de decisão publicada em 05/06/2013. O prazo para manifestação é de 10 (dez) dias, expirando em 17/06/2013. Em 14/06/2013 a empresa protocolizou sua impugnação aos embargos à execução apresentado pela Procuradoria da Suframa, defendendo que o valor devido é aquele informado na ação de execução. Após apreciação da petição apresentada pela empresa, em 02/07/2013 o juiz determinou à remessa dos autos foram remetidos ao setor elaboração de calculos. Em 12/09/2013 os autos foram devolvidos ao cartório. Atualmente os autos aguardam juntada dos cálculos elaborados pela Contadoria Judicial para posterior manifestação das partes.

## 6. Outros valores a receber

### Outras contas a receber - CP

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>
<b>Curto prazo</b>				
Aluguéis a receber	194	1.116	194	1.116
Adiantamentos de folha de pagamento	2	7	2	7
Outros (b)	0	805	0	805
	<b>196</b>	<b>1.928</b>	<b>196</b>	<b>1.928</b>
<b><u>Outros ativos circulantes</u></b>				
Adiantamentos a fornecedores (a)	434	247	434	247
Adiantamentos de folha de pagamento	0	2	0	2
	<b>434</b>	<b>249</b>	<b>434</b>	<b>249</b>

**(a) Adiantamento a fornecedores****Notas Explicativas**

Em 2013 refere-se a adiantamento a fornecedores. Esses créditos a receber serão acertados através do término do serviço e a posterior emissão das notas de serviços e assim será compensado com créditos efetuados anteriormente.

**(b) Outros**

Créditos a receber de Oliva Pinto Logística Ltda, referente o contrato firmado de cessão onerosa de direitos e benfeitorias. Que foi devidamente quitado em Dezembro de 2013.

**7. Partes Relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e de 31 de Dezembro de 2012, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquela data, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a sociedade e suas controladas e seus controladores.

**Partes relacionadas - Ativo**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Longo prazo</b>				
Cia. Tilestar – Mútuo (a)	0	111.752	0	111.752
Provisão perdas – Mútuo	0	(111.752)	0	(111.752)
Investo – Participações(a)	0	188.883	0	188.883
Provisão perdas Investimento	0	(188.882)	0	(188.882)
Mits Empreendimentos(b)	0	166	0	166
Skurge Participações (c)	461	320	461	320
Vocaboli ADM Participações(d)	158	0	158	0
Demais – Mútuo	11	8	11	8
	<b>630</b>	<b>495</b>	<b>630</b>	<b>495</b>

**Partes relacionadas - Passivo**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Longo prazo</b>				
Eurobonds (a)	0	292.254	0	292.254
Prov.retificadora eurobonds(a)	0	(292.253)	0	(292.253)
NPG Adm e Participações	11.387	10.254	11.387	10.254
HAG (e)	1.449	0	1.449	0
CBTD (f)	950	0	950	0
	<b>13.786</b>	<b>10.255</b>	<b>13.786</b>	<b>10.255</b>
<b>Líquido</b>	<b>13.156</b>	<b>9.760</b>	<b>13.156</b>	<b>9.760</b>

(a)Os investimentos em empresas controladas no Brasil e no exterior são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nos respectivos patrimônios líquidos apurados na mesma data. A Companhia Tilestar S.A é uma empresa controlada pela IGB e pela qual está sem operação desde 2.008 e assim foi constituído a provisão para perda de mútuo e a provisão retificadora sobre ágio participações e para o eurobonds.

As importâncias mutuadas são decorrentes de:

(b) Destinado ao pagamento das sublocações da mutuante em imóveis locados pela mutuária, conforme contrato de sublocação.

(c) Fim específico de liquidar débitos sub-rogados.

(d) Fim específico para suprir o fluxo de caixa pela controladora.

(e) Fim específico para suprir o fluxo da mutuária.

(f) Nota de débito ref. despesas.

## 8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade reconheceu créditos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Os créditos estão consubstanciados na expectativa de lucros tributáveis futuros, baseados no plano de recuperação extrajudicial com credores, parcelamento de impostos e arrendamento da marca Gradiente à CBTD, conforme apresentado em detalhes nas notas explicativas N° 2(g), N°9 e N°15.

	<b>PREJUÍZO FISCAL</b>	<b>BASE NEGATIVA</b>	
	<u>745.632</u>	<u>772.403</u>	
Utilizado no REFIS	<u>47.550</u>	<u>0</u>	
	<u>698.082</u>	<u>772.403</u>	
<b>PF 2010</b>	19.444	19.444	
<b>PF 2011</b>	18.857	18.857	
<b>PF 2012</b>	14.447	14.447	
<b>PF 2013</b>	49.653	49.653	
<b>ESTOQUE</b>	<u>800.483</u>	<u>874.804</u>	
<b>IRPJ e CSLL Diferidos Contabilização No Patrimônio Líquido até 2012</b>	<u>209.655</u>	<u>82.164</u>	
<b>No Resultado do Exercício 2013</b>	187.708	74.263	<b>Totais</b>
<b>IRPJ e CSLL Diferidos</b>	<u>21.947</u>	<u>7.901</u>	<u>261.971</u>
	<u>209.655</u>	<u>82.164</u>	<u>291.819</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social é conforme a seguir:

	<b>Controladora Consolidado</b>	
<b>Até 01 ano</b>		
<b>de 01 a 02 anos</b>	23.345	23.345
<b>de 02 a 03 anos</b>	49.609	49.609
<b>de 03 a 05 anos</b>	52.527	52.527
<b>de 05 a 07 anos</b>	64.200	64.200
<b>de 07 a 10 anos</b>	102.138	102.138
<b>IRPJ e CSLL Diferidos</b>	<u>291.819</u>	<u>291.819</u>

**Notas Explicativas**

A companhia contratou empresa especializada independente para a realizar estudo técnico de viabilidade, apresentando cálculo de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, conforme dispõe o inciso II do artigo 2º da Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, o qual foi aprovado pelos órgãos de administração da companhia, cujo embasamento consiste nos principais pontos a seguir:

- Receita com processo julgado como favorável sobre a Taxa Suframa, no valor de R\$ 346 milhões conforme nota 5, item (d);
- Arrendamento da Marca Gradiente por R\$ 419 milhões a ser realizado de julho de 2014 a março de 2021;
- Arrendamento de imóveis por R\$ 15 milhões a ser realizado pelo período de julho de 2014 a março de 2021;
- Receitas extraordinárias de aproximadamente R\$ 200 milhões, a serem realizados no prazo máximo de 5 anos.

**9. Imobilizado****Custo Atribuído**

A Sociedade efetuou uma análise de todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído (deemed cost). Os valores justos utilizados nesta adoção foram ajustados nos saldos de abertura com efeito registrado a partir de 1º de janeiro de 2010.

A seguir apresentamos a movimentação consolidada do ativo imobilizado:

		2.013			2.012		
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
	<b>Taxa depr. Anual - %</b>						
<b>Terrenos</b>		25.608		25.608	25.608		25.608
<b>Edifícios</b>	4	60.192	(18.208)	41.984	60.192	(15.800)	44.392
<b>Máquinas e equipamentos</b>	4	32.554	(24.436)	8.118	32.554	(23.134)	9.420
<b>Móveis e utensílios</b>	10	5.374	(5.372)	2	5.374	(5.372)	2
<b>Equipamentos de informática</b>	24	36.746	(36.746)	0	36.746	(36.746)	0
<b>Aparelhos e instrumentos</b>	12	12.403	(12.403)	0	12.403	(11.834)	569
<b>Ferramental</b>	13	15.698	(15.698)	0	15.698	(15.698)	0
<b>Instalações</b>	10	15.097	(10.870)	4.227	15.097	(9.360)	5.737
		<b>203.672</b>	<b>(123.733)</b>	<b>79.939</b>	<b>203.672</b>	<b>(117.944)</b>	<b>85.728</b>
<b>Intangível</b>	16	94	0	94	94	0	94
		<b>94</b>	<b>0</b>	<b>94</b>	<b>94</b>	<b>0</b>	<b>94</b>
		<b>203.766</b>	<b>(123.733)</b>	<b>80.033</b>	<b>203.766</b>	<b>(117.944)</b>	<b>85.822</b>

O Contrato de Arrendamento de bens celebrado com a CBTD abrange 12% de terrenos, edifícios e instalações; a totalidade das contas de máquinas e equipamentos; móveis e utensílios; equipamentos de informática; aparelhos de instrumentos. Não abrange a conta ferramental.

## 10. Credores

### Notas Explicativas

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Curto prazo</b>					
Nacionais	(a)	3.742	3.763	3.746	3.655
Outras obrigações a pagar	(b)	423	152	423	152
		<b>4.165</b>	<b>3.915</b>	<b>4.169</b>	<b>3.807</b>
<b>Longo prazo</b>					
Fornecedores Nacionais	(d)	223.753	195.176	223.753	195.175
Fornecedores Internacionais	(d)	17.110	14.455	17.110	14.455
Empréstimos e financiamentos	(d)	264.002	223.571	264.001	223.571
<b>Total Credores - LP</b>		<b>504.865</b>	<b>433.202</b>	<b>504.864</b>	<b>433.201</b>
Processos.RF/PGFN	(c)	170.203	93.621	170.283	93.689
Previdenciário	(c)	5.265	2.824	5.265	2.824
<b>Total Impostos - LP</b>		<b>175.468</b>	<b>96.445</b>	<b>175.548</b>	<b>96.513</b>
<b>Total Geral - LP</b>		<b>680.333</b>	<b>529.646</b>	<b>680.412</b>	<b>529.714</b>

**(a)** Credores nacionais a pagar no curto prazo

**(b)** Outras obrigações a pagar está composto por valores recebidos antecipadamente de locatários.

**(c)** A Sociedade optou por aderir ao programa de parcelamento de Débitos Federais, Intitulado REFIS IV, definido pela Lei nº 11.941/09, tendo em vista as condições favoráveis deste. A adesão foi efetuada tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos, no dia 13 de agosto de 2.010. A adesão abrangeu as contribuições previdenciárias, débitos junto a Recita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

O parcelamento foi realizado em 180 meses, com redução de 60% nas multas de mora, 25% nos juros e 100% nos encargos legais.

Em junho de 2011 a Receita Federal do Brasil efetuou a consolidação parcial dos débitos apontados pela companhia, a parcela não consolidada é objeto de pedido administrativo. Atualmente a companhia cumpre com o pagamento das parcelas do REFIS já consolidada e aguarda a consolidação da parcela restante.

**(d)** Credores - LP – Incluem os créditos do Plano de Recuperação Extrajudicial

Foi firmado no dia 24 de setembro de 2009, o Plano de Recuperação Extrajudicial da IGB com seus credores (bancos e fornecedores), representando mais de 67% de sua dívida total. Nesse acordo ficou estabelecido o plano de alongamento da dívida da IGB estabelecimento de novos prazos e condições para pagamento do saldo devedor.



**Notas Explicativas**  
O "Plano de Recuperação Extrajudicial" da "Gradiente" doravante denominado simplesmente "Plano" foi protocolado em Juízo no dia 09 de Dezembro de 2.009 e homologado na Justiça em 24 de maio de 2010.

Em 23 de março de 2011, foi firmado com os credores um aditamento ao 'Plano', que contou com a adesão de credores que representam mais de 67% dos créditos, que atualiza os prazos e condições de pagamento.

O aditamento foi juntado aos autos do processo de Recuperação Extra Judicial nº 100.09.346208-4 na 2ª. Vara de Falência e Recuperação Extra Judicial de São Paulo, passando a integrar o 'Plano' e com isto levado ao conhecimento de todos os credores sujeitos ao efeito do 'Plano'.

O aditamento contém disposições gerais que definem eventual alteração no prazo de pagamento (antecipação ou postergação) condicionados ao EBTDA e caixa mínimo da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital – CBTD que pagará diretamente os credores por conta e ordem da IGB Eletrônica S/A.

Este aditamento determina, ainda, que o saldo devedor será pago aos credores abrangidos pelo 'Plano':

" 2.1.1. Para credores com valores superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais):

a) Prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data em que ocorrer a capitalização da companhia, prevista no item 6.1.b da presente, observada a data limite de 30.06.2011. Os valores dos créditos, apurados em 21 de setembro de 2009, passarão a ser corrigidos a partir da mesma data em que começar a correr o prazo de carência, pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, serem utilizados os índices da Taxa Referencial –TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano. Durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente, sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor que será pago na forma disposta no item "b" deste subitem;

b) Findo o prazo de carência o saldo devedor será dividido em 28 (vinte e oito) parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, a serem pagas no prazo de 07 (sete) anos. Cada parcela será acrescida de sua correspondente atualização monetária calculada pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, ser utilizados os índices da Taxa Referencial –TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano.

2.1.2. Para credores com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):

a) Os credores de valores até R\$ 1.000,00 (mil reais) deverão ser pagos, em parcela única, até 1º de Julho de 2.010. Esta etapa já foi realizada.

b) Os credores de valores acima de R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) deverão ser pagos em parcela única até 30 de junho de 2.013; e

c) Os credores de valores acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) deverão ser pagos em 3 (três) parcelas iguais até 30 de junho de 2.013, 30 de junho de 2.014 e 30 de junho de 2.015

d) Esses créditos, apurados em 21 de setembro de 2009, passarão a ser corrigidos a partir da data em que ocorrer a capitalização da companhia, prevista no item 6.1.b da presente, observada a data limite de 30.06.11 pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano, durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor. Cada parcela será paga acrescida de sua correspondente atualização monetária, calculada na forma supra mencionada ou, na hipótese de haver a impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, ser utilizados os índices da Taxa Referencial -TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano."

## 11. Obrigações Sociais e Trabalhista

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Curto prazo</b>				
Salários	0	0	0	0
Encargos Sociais	14.399	11.929	14.884	12.274
Provisões	321	349	321	349
	<b>14.720</b>	<b>12.278</b>	<b>15.205</b>	<b>12.623</b>

Encargos Sociais são verbas de INSS, FGTS, Contribuição Sindical e SESI -Senai a recolher

## 12. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2.013	2.012	2.013	2.012
<b>Curto prazo</b>				
PIS e COFINS	2.417	1.058	2.417	1.058
ICMS	7.528	7.148	7.819	7.397
IPI	510	474	510	474
IRRF	3.796	3.358	3.796	3.453
Outros	13.061	11.112	13.061	11.134
	<b>27.312</b>	<b>23.150</b>	<b>27.603</b>	<b>23.516</b>

## 13. Provisão para Garantia de Produtos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Curto prazo</b>				
Provisão para Garantia	1.480	1.414	1.480	1.414
<b>Longo prazo</b>				
Provisão para Garantia	5.921	5.655	5.921	5.655
	<b>7.401</b>	<b>7.069</b>	<b>7.401</b>	<b>7.069</b>

Provisão constituída por valores indenizatórios referente a processos de consumidor via PROCON e JEC com o percentual avaliado como procedente, estimado como o maior valor que a Cia. poderá vir a desembolsar.

#### 14. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam processos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na estimativa feita pelos assessores jurídicos externos da Companhia. Dessa forma, constituiu provisão para perdas em valores considerados suficientes para cobrir eventuais desfechos desfavoráveis.

	2013			Controladora		
	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido
Tributários	5.392	(49.546)	(44.154)		(124.989)	(124.989)
Trabalhistas	91	(17.114)	(17.023)	9.987	(11.838)	(11.838)
Cíveis		(10.849)	(10.849)		(10.470)	(10.470)
	<b>5.483</b>	<b>(77.509)</b>	<b>(72.026)</b>	<b>9.987</b>	<b>(147.297)</b>	<b>(147.297)</b>

  

	2013			Consolidado		
	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido
Tributários	5.392	(50.057)	(44.665)		(127.605)	(127.605)
Trabalhistas	91	(19.842)	(19.751)	9.987	(11.838)	(21.149)
Cíveis		(10.849)	(10.849)		(10.470)	(10.470)
	<b>5.483</b>	<b>(80.748)</b>	<b>(75.265)</b>	<b>9.987</b>	<b>(126.357)</b>	<b>(159.224)</b>

Os processos tributários têm como principal ação, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido, referente à compensação a maior de base de cálculo negativa de 31 de outubro de 1994, exclusão indevida de resultados declarados em 31 de dezembro de 1995 e de 1996 de bases de cálculos negativas referente a prejuízos anteriores a 1992.

Os processos trabalhistas correspondem a processos principalmente relacionados a reclamações de horas extras e reflexos, diferenças de verbas rescisórias e reconhecimento de vínculo empregatício.

#### 15. Arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Realizável - LP</b>				
Títulos a Receber	81.852	53.610	81.852	53.610
<b>Exigível - LP</b>				
Receitas Diferidas	81.852	53.610	81.852	53.610

Como previamente informado, a reinserção da marca "Gradiente" no mercado brasileiro de eletrônica de consumo ("Projeto") dar-se-á por meio da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital ("CBTD"), arrendatária da marca "Gradiente" e de outros ativos da IGB (máquinas,

equipamentos e determinados imóveis), que explorará as atividades decorrentes das novas oportunidades de negócio naquele setor. Os recursos provenientes deste arrendamento quitarão diretamente o valor de R\$ 439,6 milhões contabilizado na conta credores no passivo (exigível de curto e longo prazo) da Companhia. Vide nota 2 letra g.

## 16. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social autorizado pelo Conselho de Administração é de R\$ 41.000, sendo totalmente subscrito e integralizado, dividido em 12.504.967 (doze milhões, quinhentos e quatro mil novecentos e sessenta e sete) ações, sendo composto por ações escriturais, sem valor nominal, assim distribuídas:

<b>Classe</b>	<b>2.013 Quantidade</b>	<b>2.012 Quantidade</b>
Ordinárias	12.504.967	12.504.967
	<b>12.504.967</b>	<b>12.504.967</b>

Todas as ações participam em igualdade de condições em todos os benefícios, incluindo dividendos e eventuais remunerações de capital, que porventura venham a ser deliberados pela Companhia

## 17. Ajuste de Avaliação Patrimonial

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.685	3.746	2.685	3.746

Valor contrapartida dos ajustes iniciais referente a implantação do IFRS.

## 18. Despesas Gerais e Administrativas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Gastos com Pessoal	2.482	2.278	3.106	2.278
Prest. Serviços (Advocacia, Consultores, outros)	1.859	6.384	1.859	6.384
Depreciação	2.855	6.175	2.855	6.175
Gastos Gerais	216	1.613	216	1.613
	<b>7.412</b>	<b>19.042</b>	<b>8.036</b>	<b>19.042</b>

São gastos gerais operacionais do exercício.

## 19. Receitas e despesas financeiras

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>
<b>Receitas</b>				
Variações cambiais e monetárias	23.269	18.689	23.269	18.689
Juros ativos	502	979	502	979
Outros	0	7	0	7
	<b>23.771</b>	<b>19.675</b>	<b>23.771</b>	<b>19.675</b>

**Despesas**  
**Notas Explicativas**

Variações cambiais e monetárias	44.968	10.510	45.058	10.510
Reversão Viariação cambial	0	0	0	(13.230)
Outras despesas	0	10.237	0	10.237
	<b>44.968</b>	<b>20.747</b>	<b>45.058</b>	<b>7.517</b>

**20. Outras despesas e receitas operacionais líquidas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>	<b>2.013</b>	<b>2.012</b>
<b>Despesas</b>				
Juros e encargos s/ empréstimos	44.165	14.664	44.165	14.664
Juros com impostos	134	6.828	134	6.828
Juros Passivos	0	0	0	0
Despesas Bancárias c/ Cobrança	0	9	0	9
	<b>44.299</b>	<b>21.501</b>	<b>44.299</b>	<b>21.501</b>
<b>Receitas</b>				
Aluguéis	3.361	14.515	3.361	14.515
Outras receitas	25	189.900	25	189.900
	<b>3.386</b>	<b>204.415</b>	<b>3.386</b>	<b>204.415</b>

**21. Fatores de risco de mercado**

As atividades da Companhia e de suas controladas compreendem receitas provenientes de Royalties – arrendamento de marca e equipamentos e locação e administração de imóveis industriais e comerciais. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio podem ser assim descritos:

## (a) Contrato de Arrendamento:

Não pagamento do Contrato de Arrendamento por parte da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A "CBTD".

O Contrato de Arrendamento celebrado entre a IGB Eletrônica S.A e a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A foi aprovado através de assembléia de acionistas da companhia. Os prazos de pagamento do Contrato de Arrendamento estão casados com os prazos de pagamento dos credores da IGB conforme Aditamento ao Plano de Recuperação Extrajudicial.

## (b) Contratos de Locação:

Atraso, rescisão ou inadimplência nos Contratos de Locação pelas locatárias dos imóveis.

**22. Cobertura de seguros**

A cobertura de seguros parcial para os bens do ativo imobilizado são realizadas pelos locatários dos imóveis a favor da companhia. As coberturas de seguros existentes são consideradas pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

**23. Medida Provisória 627 e Instrução Normativa 1.397**

**Notas Explicativas**

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critérios de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A companhia, e suas controladas prepararam um estudo dos efeitos da publicação da MP 627 e in 1.397 e concluíram que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente na MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia e suas controladas aguardam a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal de 2014.

**24. Auditoria externa**

Nos termos da Instrução CVM No. 381/2003 informamos que a IGB Eletrônica S.A. contratou o Sr. Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, cabe mencionar que o Sr. Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior não prestou outros serviços diretamente vinculados à auditoria das demonstrações contábeis. A nossa prática na contratação de serviços de auditores independentes visa assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Ilmos. Srs.

Administradores e Acionistas da

IGB ELETRÔNICA S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IGB Eletrônica S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente mente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IGB Eletrônica S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IGB Eletrônica S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

As demonstrações contábeis da IGB Eletrônica S.A. (Controladora) e demonstrações contábeis dessa Companhia e de suas controladas foram preparadas no pressuposto de continuidade dos negócios das Companhias. Atualmente, em andamento o Projeto de Reestruturação da Gradiente, atual IGB Eletrônica, e a celebração do Contrato de Arrendamento com a investida CBTD, a IGB passa a atuar essencialmente como administradora de bens. Com as receitas futuras oriundas do arrendamento de bens do imobilizado, da marca Gradiente e outras receitas extraordinárias apresentadas na Nota Explicativa nº 08 haverá ao longo dos próximos nove anos, a amortização de R\$ 433 milhões do Passivo da IGB Eletrônica S.A., A continuidade da companhia está na dependência da realização destas receitas e do resultado financeiro da investida CBTD.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 08, a Companhia reconheceu créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social no valor de R\$291.819mil, sendo tais créditos consubstanciados na expectativa de lucros tributáveis futuros, conforme fundamentado por Estudo de Viabilidade efetuado por empresa independente contratada pela companhia e previsto na Instrução CVM No.371/02. A realização do crédito tributário registrado está na dependência do sucesso do plano apresentado neste estudo e ainda sujeita a possíveis questionamentos quanto ao montante pela Secretaria da Receita Federal.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 05, a Companhia, baseada nas informações de seus assessores jurídicos, reconheceu o ganho do valor de R\$345.815mil, que deixou de ter tratamento de ativo contingente para ganho praticamente certo conforme previsto na Deliberação CVM No.594/09 e CPC 25.

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstrações do valor adicionado

Examinamos as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram por nós anteriormente auditados, cujo relatório datado de 28 de Março de 2013, possuía ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no montante líquido de R\$ 9.760mil, devido a limitação de escopo no exame dos saldos de partes relacionadas.

São Paulo, 31 de março de 2014.

Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior

Contador

CRC RS- 058252/O-1 "S" AM



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

A Diretoria declara que: O conjunto das demonstrações financeiras foram por nós preparadas, revisadas, discutidas e não temos nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional àqueles já descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

A diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.